

# Visão da semana: dúvidas sobre a recuperação

Apesar de a semana passada ter sido caracterizada por certo predomínio do noticiário político, não deixaram de surgir fatos interessantes na área econômica. A começar pela nova leva de índices na indústria demonstrando um pouco de firmeza da recuperação, passando pelo aumento dos preços dos combustíveis e pela emenda constitucional apresentada pelo presidente João Figueiredo, a qual não se restringiu à esfera política, como se poderia esperar.

Com efeito, a mensagem do Executivo preocupou-se em ser abrangente, abordando uma série de pontos importantes, mas que certamente darão margem a algumas controvérsias. Um deles refere-se ao zoneamento econômico, com a União vindo a ganhar poderes de ampla intervenção, a ponto de serem preocupantes. O outro atém-se à esfera tributária, que deixa de poder ser regida por decretos-leis, uma medida sem dúvida saudável e que restabelece condições para um avanço em termos de justiça fiscal. No documento, nota-se infelizmente a ausência de qualquer alusão a uma proposta de unificação dos orçamentos federais, algo que teria constituído um autêntico progresso em matéria de política econômica. É o caso de se perguntar por que tal iniciativa não está fazendo diretamente parte do programa de ajustamento da economia brasileira, uma vez que representa até mesmo uma condição indispensável desse processo, como certas correntes do pensamento econômico nacional vêm demonstrando há longos anos.

Na área industrial, verificou-se a consolidação de certos indícios que atestam o começo da retomada do crescimento. O nível de emprego vem evoluindo favoravelmente ao longo do primeiro trimestre e reforça-se em abril, graças às exportações de produtos manufaturados principalmente. Resta ainda esperar um desempenho mais satisfatório das vendas no varejo, o que poderá ocorrer após a efetivação do novo salário mínimo e a entrada em vigor de alguns acordos de trabalho que estipularam condições salariais específicas para esta ou aquela categoria. Todo esse contexto de moderada expectativa permanece condicionado pelo comportamento da inflação. Parece lícito supor que o índice diminuirá em abril, mais isso será apenas um começo, ainda insuficiente para caracterizar uma tendência mais duradoura. Uma queda nas taxas de juros seria altamente propícia também, favorecendo a recuperação das vendas de bens duráveis.

É inegável que o clima junto ao empresariado tem mudado para melhor. Algumas importações, agora tidas como mais viáveis do que há um ou dois meses, justificam esse quadro, sem conferir-lhe, contudo, a consistência desejada. O País precisa lograr mais esperanças de sucesso na sua política externa, obtendo condições menos danosas às suas necessidades de desenvolvimento. Para tanto, conta com exportações satisfatórias, mas, essencialmente, com um arrefecimento dos juros e do ímpeto altista do dólar.

Na área agrícola, aguarda-se ansiosamente a entrada da safra, bem como as decisões de política que provavelmente serão tomadas nos próximos meses. Já existe uma série de idéias em discussão, abrangendo tanto a comercialização como o custeio e os investimentos. No entanto, permanecem, a nível de governo, principalmente, diversas resistências à mudança, alicerçadas em princípios completamente inócuos, que preferem subsidiar o consumo urbano com base no achatamento da rentabilidade agrícola. Tudo indica que o Brasil precisa agora, mais do que nunca, reformular por inteiro sua estratégia nesse campo, conquanto já tenha tido a ocasião para tal em repetidas oportunidades. Não se pode menosprezar a amplitude dos problemas que hoje abalam a produção agropecuária e que não se limitam a uma questão de disponibilidade de recursos, passando igualmente pela disponibilidade de programas realmente eficientes, capazes de desatrelar o setor das injunções de curto prazo.